

E O DEBATE SOBRE A DIALÉTICA CONTÍNUA *

Eduardo Diatayh B. de Menezes

Constitui, por certo, fato reconfortante que uma obra deste porte tenha saído das mirradas lavras desta “merdinha ensolarada”, que era como definia Fortaleza o saudoso contista Juarez Barroso, em carta ao poeta José Maia. Isso me traz à mente nosso arraigado sentimento de inferioridade, que é o simétrico da *síndrome de Herodes*, como costume caracterizar a atitude dominante no seio da tradição letrada do sudeste do país em relação a nós. Antes que alguém se pergunte pelo sentido dessa síndrome, eu a explico sumariamente a modo de apólogo: narra a tradição que Herodes, temeroso com os rumores de que nascera uma criança destinada a se tornar rei dos Judeus, manda vir à sua presença os Magos que por ali passavam em demanda do referido menino e lhes interroga sobre o seu paradeiro; ao ouvir deles a informação de que o Messias nascera em Belém, minúscula aldeia da Palestina, ele teria reagido com este comentário desprimoroso: “Por ventura, algo de bom pode vir de Belém!?”. Com ou sem tal síndrome, o fato é que aí está este fruto que retoma a tradição de reflexão ousada que este pedaço do semi-árido sempre soube fecundar e fazer prosperar.

Mas já que iniciei com uma inconfidência, gostaria de trazer algumas reminiscências um tanto disparatadas para introduzir o meu comentário a propósito deste livro, *Dialética Hoje*, organizado por Tereza Maria Frota Haguette, livro que além da sua, traz as colaborações de André Haguette, Dieter Brühl. Man-

* HAGUETTE, André et al. *Dialética Hoje*. Petrópolis: Vozes, 1990. [Teresa

fredo Araújo de Oliveira e Pedro Demo. Mas vamos às reminiscências aparentemente desconjuntadas.

Em agosto de 1967, egresso do Massachusetts General Hospital de Boston, repousava eu num quarto de hotel, em Nova York, quando recebo um telefonema inesperado de meu amigo Pierre Furter; ao indagar espantado que fazia ele ali, fui informado de que o general Costa e Silva ordenara a retirada do Brasil de todos os membros da Missão da UNESCO (de que ele fazia parte), que atuavam entre nós, sobretudo no campo educacional, e isso sob a alegativa de que o país não necessitava da ajuda desses peritos para educar sua população. Estranha, porém, o fato de que, na mesma época, o mesmo governo entregava à Cruzada ABC, gerida por protestantes norte-americanos, a tarefa de realizar a educação de base de nosso povo.

Alguns anos mais tarde, pela metade dos anos 70, a mesma seqüência de governos militares deixou morrer à míngua, por falta de alocação de recursos, o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, instituição de âmbito internacional, sediada no Rio de Janeiro desde 1957, com apoio dos Governos do continente e o patrocínio da UNESCO. Na sua fase final, este Centro estava instalado no velho casarão da rua Mariana, no Botafogo, — onde vivera Santiago Dantas —, e possuía uma das mais ricas bibliotecas de Ciências Sociais no Brasil. Para cobrir o seu longo débito de aluguéis, um Juiz teve a luminosa idéia de ordenar a venda de seus bens — a biblioteca — a uma fábrica de papel higiênico de Jacarepaguá. E lá se foi parte significativa do pensamento servir, “dialeticamente”, a outros fins mais prosaicos... , porém mais consentâneos com a ética então dominante.

Alguns anos antes, inícios da mesma década, quem frequentasse, sobretudo aos sábados, a Livraria Ciência e Cultura, de Aníbal Bonavides, velho dirigente do PCB, teria ocasião, certamente, de ouvir os animados debates políticos, de perfil internacionalista e de inspiração stalinista e ortodoxa, que ali se instalavam inelutavelmente. Quem os escutasse atento, saía de lá com o forte sentimento de que, na segunda-feira seguinte, a humanidade inteira amanheceria sob a égide do glorioso paraíso socialista, face “ao esfacelamento do regime capitalista”, pois que “o socialismo era a tendência inexorável dos rumos da história” e da ação social “correta” resultaria automaticamente a promulgação da linha partidária “correta”. Essa recorrente litania hebdomadária repetia incansavelmente os artigos de fé desse estranho credo sócio-político.

E por aí seguiam os caminhos de nossa dialética esquelética e os descaminhos de nossa desventura, de que recordo apenas alguns exemplos no preâmbulo desta resenha.

* * *

Que oculta ligação uniria tais lembranças desconexas e contraditórias com os temas tratados pelos ensaios deste livro que aqui pretendo examinar? Se quisesse simplificar minha resposta, eu diria que elas constituem alguns dos casos com que se debate o pensamento dialético ao enfrentar seu desafio principal: compreender e tentar colaborar para transformar as diferenças e contradições da experiência histórica dos seres humanos em situações concretas. Há, porém, um fio condutor mais original, que se inscreve na longa duração e que permite apreender melhor as significações que compõem a fortuna semântica subsumida na categoria de dialética.

A história inteira da dialética é o processo de construção de uma problemática: na verdade, ela não apresenta certo número de respostas ou de resultados, mas antes, um montão de dificuldades. Em compensação, no campo da Filosofia e das Ciências Sociais, especialmente em sua formulação marxiana, ela constitui, talvez, o único projeto teórico que impôs a si mesmo, desde o início, os critérios epistemológicos de sua validade e de seus fundamentos. Mas a sua história é um longo processo dramático e agonístico. E esta obra, que aqui examino, não foge a essa tradição.

O longo caminho percorrido pela dialética — como noção, esforço teórico, e prática — constitui a tormentosa história de um projeto que se debate incessantemente com as deformações dos seus produtos e incorpora a perda de suas ilusões: algo que busca interminavelmente um horizonte longínquo em movente afastamento, como o pote de ouro, do conto popular, que se achava onde terminasse o arco-íris... Com efeito, desde suas remotas origens na Grécia antiga — quando um cidadão de Éfeso já nos advertia ser impossível banhar-se duas vezes no Rio Jaguaribe ou em qualquer outra correnteza —, que essa proposta de uma lógica do sinuoso real, da interpenetração dos contrários (*a coincidentia oppositorum*, como dirá mais tarde Nicolau de Cusa), que esse pensamento do diálogo e da ultrapassagem se defronta com os desvios degeneradores ou com os decretos dos que pretendem ossificá-lo numa construção catequética. De fato, não é de hoje sua vocação para um percurso acidentado. Aríston, o estoico, comparava a dialética que ele viu praticada ao seu tempo à "lama dos caminhos, que

só fazia dificultar o viajante”, ou, então, “quando comemos caranguejo: pouca carne, muita casca”, Diógenes Laércio, fonte inevitável da doxografia do período, informa-nos ainda que o mesmo Ariston sustentava que “os argumentos dialéticos assemelham-se a teias de aranha; testemunham muita arte, mas de nada servem”.¹

E eu acrescento por minha conta que a imagem na mente do filósofo era por certo a do porão de uma casa velha cheio de teias poeirentas. Por outro lado, não deve ser outro o sentimento intenso que acompanha milhões de seres atormentados por décadas de carcomida retórica das burocracias *soi-disant* socialistas.

Não gostaria de concluir estas considerações preliminares sem uma referência que me permitirá introduzir uma concepção de dialética, posto que metafórica ou alegórica. Assim, peço permissão para citar um autor hoje esquecido e, mais que isso, proibido em certos ambientes que se têm por progressistas; um escritor excepcional que, a despeito de seu conservadorismo político e de sua intransigência moral, possuía o alto talento de saber escrever num país que não se respeita nessa matéria, tendo mesmo reintroduzido a bela ironia machadiana, num estilo ágil e preciso, numa linguagem corretíssima — coisa tão insultada quanto necessária nestes tempos do nefando jargão tecnocrático dos: “a nível de”, “agilizar”, “eu penso de que”, “compatibilizar”, “mídia” e quejandos. Eu me refiro a Gustavo Corção, de quem tomo de empréstimo luminosa idéia que ele expõe na sua conferência “O Valor da Vida”²:

“Não sei se algum dos senhores — diz o ensaísta — já leu o *Rocambole* de Ponson du Terrail. Quem leu, geralmente não gosta de confessar.

Ora, eu tenho em embrião uma pequena teoria que conto um dia desenvolver: acho a má literatura, às vezes, melhor do que a literatura. A declarada e descarada vulgaridade tem algo de franco, de abandonado, de jovial, de suculento, que dificilmente se encontra nos suplementos dominicais em que os autores ficam numa espécie de limbo, entre a nutritiva estupidez dos bons romances policiais e a nutritiva sabedoria da genuína literatura. Na minha futura teoria, só é recomendável ler Dostoiewski ou Rocam-

1. Cf.: SCHULL, Pierre- Maxime. *Les Stoiciens*. “Bibliothèque de la Pléiade”. Paris: Gallimard. 1987, p. 68.

2. *In: As Fronteiras da Técnica*. 4.ª ed., Rio de Janeiro: Agir, 1955, pp. 329 e ss.

bole, Bernanos ou Rafles...; porque é só nesses extremos que se encontra uma autêntica notícia do que é o homem.

Lembrei-me agora de Ponson du Terrail por causa de um lapso genial cometido por esse folhetinista, que aliás era fecundo em enganos desse tipo. Para mim, o lapso transforma-se em símbolo, e eu vejo o homem moderno mais próximo do símbolo de Ponson du Terrail do que do famoso símbolo de Sófocles.

... em certa passagem de um de seus intermináveis folhetins havia um personagem, um conde, metido em intrincada empresa que exigia pronta deliberação. "E então — conta o folhetinista — o conde montou a cavalo e partiu em todas as direções."

Aí onde o escritor vê uma esplêndida imagem do homem este ser cuja natureza "é tão aventureira, que parece melhor realizar-se quando rompe seus próprios limites", eu teria a tentação de enxergar uma metáfora da dialética, esse impulso fundamental que leva o homem, individual e coletivo, a realizar a proeza de partir ao mesmo tempo rumo a todos os quadrantes, ampliando os horizontes dos possíveis.

* * *

Penso sinceramente que a maneira mais direta de tomar um conhecimento rápido desta obra seria simplesmente ler o belo prefácio em que Leandro Konder, por um lado, confessa humildemente o fracasso da atitude arrogante e triunfalista dos cultores ortodoxos da dialética, e, por outro, resume com precisão o conteúdo de cada um dos trabalhos que compõem este livro. Todavia, para não fugir à tarefa que me impus, acrescento meu próprio comentário.

Ainda que a problemática clássica da dialética, de Platão a Hegel, não seja nele contemplada e embora o capítulo da organizadora deste livro se cinja sobretudo às discussões vigentes nas últimas décadas do século passado e primeiras do atual, os demais autores prendem-se fielmente ao conteúdo sugerido no título geral, a saber as questões cruciais enfrentadas pelas principais vertentes atuais do pensamento dialético. Poder-se-ia lamentar, por exemplo, que esse exercício coletivo sequer chegue a mencionar uma fonte esclarecedora e fecunda como a

obra de Ernst Bloch: mas é mister reconhecer que se impunha ao empreendimento alguma limitação, inclusive as decorrentes das preferências pessoais de seus autores. Percorramos, pois, rapidamente, os capítulos deste livro na ordem de seu aparecimento.

A obra começa pelo texto "A Dialética Hoje: Ciência, Consciência de Classe ou Crítica Social?", de André Haguette, que inicia, desde o título, com um questionamento acerca de três das versões mais salientes do acidentado percurso da dialética na modernidade, e se abre sob o signo da negatividade na epígrafe de Merleau-Ponty sobre a inexistência de dialética sem liberdade. Num texto claro e didático, que revela o bom professor que ele é, André, após delimitar sumariamente as posições de Kant, Hegel e Marx, se detém com mais amplitude no exame das três versões: a) o intento de atribuir estatuto de ciência ao pensamento dialético que termina por degenerar na vulgata soviética, positivista e stalinista; b) a crítica lukacsiana desse projeto e sua proposta de constituir a dialética como consciência de classe do proletariado, que reintroduz a subjetividade e abre perspectivas de reinterpretação histórica; c) e, enfim, o caminho empreendido pela chamada Escola de Frankfurt, que ultrapassa a dialética como consciência de classe, colocando-a como teoria crítica da sociedade, sem medo de incorporar outras conquistas teóricas (Freud e Weber, em particular), de modo que a razão dialética possa superar o instrumentalismo analítico e assimilar "entendimento e paixão, análise e desejo" (p. 29), transformação e utopia. Antes de passar ao exame do próximo capítulo, faço alguns pequenos reparos ao texto deste. Quando trata da primeira dessas vertentes, a revisão ou o autor deixou passar curioso deslize: ao afirmar que a intenção não confessada de associar dialética e ciência era a de que ela escapasse das determinações sociais e das ideologias, a palavra *intenção* aparece grafada com 's', o que resuscita velho termo da lógica formal escolástica, um dos atributos dos conceitos por oposição à extensão. Por outro lado, o autor esqueceu de sublinhar que tal pretensão de cientificidade apoia-se estranhamente num suposto filosófico e metafísico: o materialismo; e que a intenção de isentar a dialética das determinações sociais constitui, nesse campo sobretudo, a própria empresa ideológica; assim como o fato de que as bobagens do epítome stalinista não são leis nem muito menos científicas, mas antes, os suportes doutrinários de uma fé. Aponto, enfim, alguns deslizes de linguagem: um "a aquilo" ao invés de "àquilo", no início da página 19; e, ao final do primeiro pa-

rágrafo da página 27, aparece um “prelude”, mas o verbo é *precluire*, portanto, deveria estar “preclui”, etc.³

Ao enfrentar o texto seguinte — “Dialética e Verdade: uma discussão esquecida” —, de Dieter Brühl, não sei bem por que, veio-me à memória que Hegel afirma nalgum lugar que os filósofos das Luzes são os sofistas dos tempos modernos, ou, mais exatamente, que os sofistas constituíam os primeiros iluministas. Apoiado no exame de considerável literatura especializada, este representa sem dúvida o ensaio mais longo e denso do livro, onde Dieter, seguindo a tradição filosófica alemã, se debate, na constituição da dialética, com o angustiante problema da verdade — essa neurose ocidental, como a classificava Nietzsche —. Com esse intento, ele rejeita as armadilhas do relativismo e da visão absoluta dessa problemática, para enfatizar a concretude histórica da construção da verdade. Entretanto, é quase impossível ler este capítulo sem um sentimento misto de admiração pela seriedade da proposta e de incômodo pela leitura claudicante que ele impõe. Com efeito, o texto está pleno de imprecisões de redação ou de passagens pouco claras, por certo em virtude de uma linguagem inadequada: tudo se passa como se a sintaxe do alemão se imiscuisse a toda hora no vernáculo; o que exigiria da edição uma revisão mais cuidadosa. Como seria longo apontar todos os senões, mencionarei apenas alguns dos principais. Às vezes, como por exemplo no 2.º parágrafo da página 36, o autor afirma algo que não diz exatamente aquilo que era sua intenção dizer: as duas frases “Isto não faremos, porque... Faremos isto mais no sentido de...”, ficariam significativamente corretas numa única frase que as articulasse assim: “Faremos isto, não porque... de Carnap e Frege; porém, no sentido de lembrar que... do mundo”. Na nota 18, página 44, na frase que começa por “De outro lado, os paradigmas... em que *surgem* e se *tornaram* efetivos”, o autor deveria ter usado ou dois presentes ou dois passados; como está, é no mínimo esdrúxula. E a frase que se segue usa um “forçado” onde

3. A mim, me causa estranheza que André Haguette não tenha examinado algumas fontes (ou apoiado nelas também a sua exposição) mais antigas, porém seguras, acerca da temática que ele aqui explora: I.M. BOCHENSKI, *El Materialismo Dialectico*, Madrid Rialp, 1962; Gustav WETTER, *Le Matérialisme Dialectique*, Bruges: Desclée de Brouwer, 1962 (trad. belga do original alemão); Georges GURVITCH, *Dialectique et Sociologie*, Paris: Flammarion, 1962; e mesmo coisas mais recentes como: Jürgen HABERMAS, *Théorie et Pratique*, Paris: Payot, 1975 (especialmente o tomo II); A. SOHN-RETHEL, *Intellectual and Manual Labour: a critique of epistemology*, Thetford: Lowe & Brydone, 1978; Georges LABICA et al., *Dictionnaire Critique du Marxisme*, Paris: PUF, 1982; etc.

caberia o advérbio “forçadamente”. No início da página 49, na frase “A teoria... não se restringe à abstração dos seus conceitos; isto quer dizer que *aqueles...*”, se este último termo, como se supõe, refere-se a “conceitos”, está inadquadamente no lugar de estes. Frequentes vezes o regime preposicional está incorreto, etc. E por deslize do serviço gráfico, as linhas finais da página 63 estão deslocadas. Por outro lado, para não tornar ainda mais pesado o meu comentário, deixo de lado a maioria das questões de fundo. De todo modo, assinalo sumariamente algumas delas. Por exemplo, o autor inicia o primeiro tópico de seu capítulo (p. 37) com esta afirmação: “... Muito ‘bom senso’ ou ‘senso comum’ colocou na discussão sobre este conceito [de verdade] um certo dogmatismo...”. Eu diria que, provavelmente, certas tradições sapientes, mais do que o senso comum ou bom senso, impuseram esse tipo de dogmatismo. Ainda neste mesmo tópico, à página 43, o autor sustenta que “O materialismo dialético não se conforma com uma situação em que se deixa a discussão metodológica num esquema de aporia, que parece permitir somente a seleção entre uma concepção de verdade absoluta e final, *como nós encontramos nas religiões* e nas escolas idealistas da filosofia, e uma concepção..., etc.” (fiz pequenas modificações de redação e sublinhei). Ora, a meu juízo, o autor confunde aí os níveis de realidade e de análise, coisa aliás freqüente em nossos discursos: vale lembrar que a modalidade de *consciência da realidade* e o *regime de verdade*, numa religião, se dão noutra registro, diverso do das ciências e da filosofia. Enfim, embora citando Habermas, aparece outro estereótipo recorrente nas tradições herdeiras do legado positivista e mesmo naquelas que se lhe opõem: refiro-me ao emprego do termo “ciências exatas” para caracterizar o saber sobre a natureza por oposição a outros saberes (as Ciências Sociais, por exemplo). Tal noção é, no mínimo, equívoca: primeiramente, jamais foi efetivamente estabelecido em que sentido elas seriam “exatas” e, demais, uma ciência que fosse “exata” seria um produto acabado; portanto, algo historicamente impossível. Ora, a construção de uma “ciência” exata constituiria pois um empreendimento não-científico. Todavia, tal expressão possui um efeito de poder no campo do trabalho científico...

No capítulo seguinte — “Dialética e Hermenêutica em Jürgen Habermas” —, bem feito, erudito, sem perder a clareza e a simplicidade, Manfredo Araújo de Oliveira traz a discussão da dialética para o campo de tensões teóricas nos seus desdobramentos mais recentes (filosofia da ciência, teoria da ação, fi-

losofia da linguagem, teoria dos sistemas, comunicação, hermenêutica, etc.). de modo a realizar, segundo a obra de Habermas, a sistematização de novo instrumental de conceitos, que supere as insuficiências do pensamento de Marx, propiciando compreensão mais adequada da sociedade contemporânea e abertura de caminhos para sua transformação emancipadora. O meu acordo com este ensaio de Manfredo é tão mais amplo do que os pequenos reparos de linguagem ou de conteúdo que teria a fazer, que os dispense aqui: algumas vezes, trata-se de evidente falha de composição gráfica, como no 2.º parágrafo do tópico sobre a insuficiência da hermenêutica (p. 101), em que aparece “constituição” onde, por certo, deveria estar *consciência*.

O capítulo menos acadêmico do livro — “Dialética e Qualidade Política” — contém, no entanto, comentários saborosos e por vezes irônicos sobre questões fundamentais envolvidas na relação da dialética com as decisões de políticas públicas e sociais. Pedro Demo adota deliberadamente um estilo solto, leve, que demonstra ser possível conciliar, num ensaio desse gênero, leveza e seriedade, espírito e densidade. Depois de repassar antinomias mais teóricas e certos critérios de cientificidade, ele explora as pontualidades de metodologias alternativas e de pesquisa participativa. Ao discutir o provisório como definitivo e sublinhar o caráter instituinte do conflito e das desigualdades sociais, o autor afirma que isso constitui, porém, “a miséria da história, marcada persistentemente pela exploração das *maiorias* por parte das *minorias*...” (p. 125 — os grifos são meus) — essa afirmação é no mínimo ambígua. Já que o conceito sociológico de ‘minoría’ não se inscreve no registro estatístico ou demográfico, mas sim, comporta a conotação de exclusão, discriminação ou espoliação, independentemente do tamanho do grupo que padece tais processos. Mas eu teria ainda outros comentários, ao menos para ensaiar outras posições possíveis face a certas questões. Tomo logo um ponto menos relevante e mais adjetivo: reporto-me ao modo curioso como o volume sobre *Os Pré-Socráticos*, da coleção “Os Pensadores”, é referido pelo nome do proprietário da editora! (pp. 116 e 143). É como se mencionássemos o *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, pelo nome de José Olympio, o editor da coleção “Documentos Brasileiros”. Mas vamos a coisas mais substantivas. No último tema deste capítulo, quando o autor discute a questão tipicamente dialética da confluência entre teoria e prática, ele termina o argumento dizendo: “É sempre preferível uma prática pequena; tópica, ao mero dis-

curso." (p. 134). No meu entender, essa proposição é bastante discutível. Esta dicotomia 'discurso/prática' já é de si mui pouco dialética. Além disso, os discursos também constituem práticas. . . , por vezes, fecundíssimas, como demonstra aliás a maior parte da atividade de Marx, um militante do discurso, ou, como diria Gramsci dos intelectuais, um "burocrata da ideologia". O autor prossegue na sua discussão sobre o que se tem chamado de "conhecimento emancipatório", a saber, aquele "capaz. . . de armar estratégias de enfrentamento dos problemas e de levar à competência política organizada." (p. 135; ver ainda as páginas seguintes). É óbvio que não pretendo fazer objeção à necessidade de eficácia técnica decorrente de certos saberes. No entanto, na sua generalidade, essa tese contém aspectos equivocados e nocivos, por seu reducionismo unidimensional. Por outro lado, é certo que as aplicações de alguns conhecimentos se inscrevem na esfera das decisões políticas, da ação prática. Mas, na sua ênfase, a tese contém menos verdade do que efeito retórico e de poder. É mister reconhecer uma finalidade intrínseca, teórica, a boa parte da atividade de conhecimento. Para que serve, por exemplo, um modelo algébrico das relações de parentesco em sociedades tribais, além do desvendamento dessas mesmas relações? No entanto, todo conhecimento (e em particular o do social) é autotransformador, ainda que seja apenas no plano da consciência.

A obra se encerra com o capítulo de sua organizadora — "Dialética, Dualismo Epistemológico e Pesquisa Empírica" — no qual, Teresa Haguette refaz com argúcia o contraponto crítico entre as pretensões generalizantes de Engels e a proposta de Lukács em *História e Consciência de Classe*, para concluir com um exame avaliativo das possibilidades reais de aplicação instrumental dialético à pesquisa empírica e de sua cooperação com outros procedimentos metodológicos. Logo de partida, quando estabelece as questões suscitadas pela proposta engelsiana de uma dialética da natureza, a autora não situa bem o problema ao admitir a existência de fenômenos sincrônicos e de fenômenos diacrônicos: sincronia e diacronia seriam, antes, *dimensões* dos fenômenos humanos, a saber, aqueles fatos que, mais do que quaisquer outros disso que chamamos o real, comportam uma história e uma estrutura. Por outro lado, o texto apresenta vários senões ou inconsistências de redação, sobretudo nas citações de Lukács feitas a partir da versão francesa de sua obra examinada. Cito apenas um exemplo do caso frequente de tradução inadequada da dupla negação francesa que implica uma afirmação enfática. Com efeito, citando Lukács: "O

ideal epistemológico das ciências da natureza que, aplicada à natureza, *não faz que servir* ao progresso da ciência. . .” (p. 156). Deixo por menos o erro de concordância da intercalada “aplicada à natureza”, pois se trata por certo de falha da revisão; mas assinalo a proposição sublinhada por mim: isso não é vernáculo — ou se dirá “não faz senão servir. . .” ou, então, “só faz servir. . .”. Outro exemplo semelhante, agora citando Marx: “As categorias *as* mais abstratas *não são que* o produto de condições históricas. . .” (p. 169). E, na página 172, a revisão deixou passar um “*instâncias* dos vários autores” onde provavelmente deveria estar ‘insistências’. Mas aponto um lapso curioso que a autora cometeu, certamente por inclinação profissional, quando afirma: “. . . Marx, não somente nos seus escritos metodológicos como na sua produção *acadêmica*. . .” (p. 172) — caberia mais adequadamente “produção *teórica* ou substantiva”, já que o qualificativo empregado não condiz com o estilo cognitivo de Marx.

Enfim, não seria demasiado sublinhar certo descuido visual e gráfico da parte da Editora Vozes que, além desse fato corriqueiro na produção brasileira de livros, teima em imprimir suas obras com microscópicas notas de rodapé. No meio, o livro vale efetivamente o esforço de sua leitura.